



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.446-A, DE 2023**

**(Do Sr. Felipe Becari)**

Altera as Leis nº 13.445, de 2017, e nº 9.474, de 1997, para dispor sobre autorização ao refugiado, emigrante ou migrante em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, para ingressar no território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço; tendo parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação (relator: DEP. BRUNO GANEM).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;  
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. FELIPE BECARI)

Altera as Leis nº 13.445, de 2017, e nº 9.474, de 1997, para dispor sobre autorização ao refugiado, emigrante ou migrante em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, para ingressar no território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nº 13.445, de 2017, e nº 9.474, de 1997, para dispor sobre autorização ao refugiado, emigrante ou migrante em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, para ingressar no território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço.

Art. 2º O art. 79 da Lei nº 13.445, de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 79 .....

Parágrafo único. Caso a situação emergencial a que se refere o *caput* acarrete a adoção de medidas de resgate pelo governo brasileiro, será concedida aos emigrantes, nos termos de regulamento, autorização para transportar e ingressar em território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço, conforme o caso, mesmo na hipótese de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

precariedade da documentação exigida dos animais pela legislação brasileira.” (NR)

Art. 3º O art. 7º da Lei nº 9.474, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º :

“Art. 7º .....

§ 3º A autoridade migratória autorizará, nos termos de regulamento, o ingresso em território nacional do postulante à condição de refugiado juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço, conforme o caso, mesmo na hipótese de precariedade da documentação exigida dos animais pela legislação brasileira.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A legislação brasileira relativa aos animais de estimação é bastante incipiente e avança em um contexto em que ainda se discute se os *pets* podem ou não ser sujeitos de direito. A propósito, essa questão constitui objeto do Projeto de Lei do Senado Federal – PLS nº 351, de 2015, de autoria do Senador Antonio Anastasia, aprovado no Senado Federal e encaminhado a esta Casa, onde tramita como Projeto de Lei nº 3.670, de 2016, e que se





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

encontra, na presente data, aguardando deliberação de recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Cumpre destacar que, anos atrás, constatamos um avanço na área por ocasião da edição da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 1998), que penaliza atos de abuso e de maus-tratos contra animais. Deve-se sublinhar, ainda, que tramitam nesta Casa diversas proposições versando sobre temas diversos relativos a animais de estimação, como o registro eletrônico de vacinação, guarda dos animais em caso de dissolução litigiosa do vínculo conjugal, dedução no imposto de renda decorrente de gastos com esses animais e o rastreamento no transporte dos *pets*.

Nesse cenário, procuramos contribuir com o avanço da legislação em comento, abordando uma situação especial envolvendo os animais de estimação, a saber, a entrada de tais animais vindo do exterior, trazidos por brasileiros que lá residem e que são resgatados em situação emergencial pelo governo brasileiro ou trazidos por migrantes que acorrem às fronteiras nacionais e solicitam a condição de refugiado. Ambas constituem situações especiais e que merecem a devida atenção do legislador, visto que as normas afetas são silentes com relação a essa matéria.

Para evidenciar, há pouco tempo atrás, tomamos conhecimento pela imprensa que uma brasileira, por ocasião de resgate efetuado pelo governo federal na Ucrânia, foi impedida de embarcar com o seu estimado cachorro em obediência às normas vigentes. Foi necessária a intervenção do Chefe do Poder Executivo, sensibilizado pelo clamor nas redes sociais, que resultou em autorização para que os brasileiros resgatados na Ucrânia em voo da Força Aérea Brasileira – FAB pudessem trazer consigo os seus animais de estimação.

O que estamos ora a propor é prover a autoridade migratória de fundamento legal para que, nesses específicos casos emergenciais, possa





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

autorizar o ingresso em território nacional dessas pessoas com seus respectivos animais de estimação, mesmo em caso de documentação inexistente ou precária desses animais, sem prejuízo da adoção pelas autoridades migratórias de medidas sanitárias cautelares, bem como da exigência de regularização documental *a posteriori*.

Hoje a questão de ingresso de animais de estimação no país vindos do exterior é tratada por meio de normas infralegais editadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, dentre elas a Instrução Normativa - MAPA nº 5, de 2013 (Mercosul), e exige, via de regra, para ingresso no país, um certificado veterinário internacional, nos termos que especifica, e eventualmente o passaporte de animais de estimação.

Dessa forma, estamos propondo alterações pontuais na Lei nº 13.445, de 2017 (Lei de Migração) e na Lei nº 9.474, de 1997 (Estatuto dos Refugiados) para viabilizar a autorização de ingresso no território nacional desses animais somente nesses específicos casos emergenciais, ciente que o ingresso desses animais advindos do exterior em condições normais já se encontra devidamente normatizado.

Desnecessário repetir aqui a relevância das relações dos seres humanos com esses animais, reconhecida em estudos científicos e pela medicina atual, bastando citar o caso dos chamados animais de assistência emocional e sua importância no tratamento de vários pacientes, e que são comumente recomendados por psiquiatras. O que dizer então dos chamados animais de serviço, como os cães-guias, e o quão eles são essenciais para a vida de inúmeras pessoas?

A matéria avança também para o âmbito do direito ambiental se lembrarmos que se estima uma população de cerca de 150 milhões de animais de estimação, maioria de animais ditos de companhia, somente no Brasil, país com a terceira maior população desses animais no mundo. Estima-se que os





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

cachorros estão presentes em 58% dos lares brasileiros, superando os gatos que abrangem 28% dessas residências.

Além disso, não devemos esquecer que o mercado de *pets* no Brasil é tido como o sexto maior do mundo, tendo crescido exponencialmente na pandemia e movimentando mais de R\$ 60 bilhões em 2022.

Em suma, a questão dos *pets* em nosso país merece mais atenção, em particular do legislador com vistas à constituição de um arcabouço jurídico avançado, compatível com a sua relevância para a população brasileira e condizente com o tamanho desse mercado no país. Para tanto, estamos ora a propor as mencionadas alterações pontuais na legislação vigente, nos termos do presente projeto de lei, para o qual solicito o apoio dos demais Pares com vistas a sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

**Felipe Becari**  
Deputado Federal (UNIÃO/SP)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

<b>LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017</b> <b>Art. 79</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017-05-24;13445">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2017-05-24;13445</a>
<b>LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997</b> <b>Art. 7º</b>	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997-07-22;9474">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997-07-22;9474</a>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

Apresentação: 03/07/2025 10:12:29.737 - CMADS  
PRL 1 CMADS => PL 3446/2023

PRL n.1

### PROJETO DE LEI Nº 3.446, DE 2023

Altera as Leis nº 13.445, de 2017, e nº 9.474, de 1997, para dispor sobre autorização ao refugiado, emigrante ou migrante em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, para ingressar no território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço.

**Autor:** Deputado FELIPE BECARI

**Relator:** Deputado BRUNO GANEM

## I – RELATÓRIO

O projeto que chega ao exame desta Comissão busca alterar as Leis nº 13.445, de 2017, e nº 9.474, de 1997, para dispor sobre autorização ao refugiado, emigrante ou migrante em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, para ingressar no território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço.

Na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), o projeto propõe a inserção de um dispositivo segundo o qual, nos casos de situação emergencial especificados no art. 79<sup>1</sup> que acarretem a adoção de

<sup>1</sup> Art. 79. Em caso de ameaça à paz social e à ordem pública por grave ou iminente instabilidade institucional ou de calamidade de grande proporção na natureza, deverá ser prestada especial







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

medidas de resgate pelo governo brasileiro, será concedida aos emigrantes, nos termos de regulamento, autorização para transportar e ingressar em território nacional juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço, conforme o caso, mesmo na hipótese de precariedade da documentação exigida dos animais pela legislação brasileira.

Adicionalmente, o projeto propõe a inserção de novo parágrafo no art. 7º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997<sup>2</sup>, para especificar que a autoridade migratória autorizará, nos termos de regulamento, o ingresso em território nacional do postulante à condição de refugiado juntamente com seus animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço, conforme o caso, mesmo na hipótese de precariedade da documentação exigida dos animais pela legislação brasileira.

O projeto foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

2024-10898

assistência ao emigrante pelas representações brasileiras no exterior.

<sup>2</sup> Art. 7º O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.





## II – VOTO DO RELATOR

A necessidade de aprimoramento da legislação brasileira sobre animais domésticos tem permeado os debates nesta Casa há alguns anos, mas o projeto submetido à análise desta Comissão traz um contexto ainda mais desafiador: a garantia de ingresso de animais de companhia, de assistência emocional ou de serviço quando refugiados, emigrantes ou migrantes ingressam no País em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

A qualquer cidadão deve causar estranheza a necessidade de uma lei para permitir algo tão simples, mas o projeto tem fundamentos fáticos. O autor cita o caso noticiado pela imprensa no qual uma brasileira, por ocasião de resgate efetuado pelo governo federal na Ucrânia, foi impedida de embarcar com o seu cachorro em obediência às normas vigentes. Segundo relata, foi necessária a intervenção do Chefe do Poder Executivo que, sensibilizado pelo clamor nas redes sociais, defendeu a autorização para que os brasileiros resgatados na Ucrânia em voo da Força Aérea Brasileira – FAB pudessem trazer consigo os seus animais de estimação.

Foi essa situação emblemática que levou o autor a propor uma regra para autorizar, nesses cenários emergenciais, o ingresso desses animais de estimação no País, mesmo em caso de documentação precária, sem prejuízo da adoção de medidas sanitárias cautelares pelas autoridades, bem como da exigência de regularização documental *a posteriori*.

A partir da clara delimitação da problemática, acreditamos que a decisão de permitir que refugiados, emigrantes ou migrantes em situação de vulnerabilidade possam ingressar no território nacional com seus animais é uma medida de política pública que reconhece a importância da promoção do bem-estar de todos durante esses deslocamentos forçados.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal BRUNO GANEM (PODEMOS/SP)

Esta iniciativa contribui para preencher uma lacuna verificada em muitos regimes de migração, nos quais o tratamento a ser dado aos animais de estimação é frequentemente negligenciado. Nesse sentido, entendemos que o projeto de lei demonstra um avanço na inclusão do tema, especialmente em um contexto de tamanha vulnerabilidade.

Assim, naquilo que compete a esta Comissão se manifestar,  
**voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.443, de 2023.**

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado BRUNO GANEM  
Relator

2024-10898





Câmara dos Deputados

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**PROJETO DE LEI Nº 3.446, DE 2023**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.446/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Bruno Ganem.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Nilto Tatto, Célio Studart e Carlos Henrique Gaguim - Vice-Presidentes, Bandeira de Mello, Bruno Ganem, Dilvanda Faro, Duda Salabert, Geovania de Sá, Ivan Valente, Socorro Neri, Túlio Gadêlha, Amom Mandel, Chico Alencar, Clodoaldo Magalhães, Evair Vieira de Melo, Gilson Daniel, Iza Arruda, Junio Amaral, Leônidas Cristino, Luiz Carlos Busato, Pedro Aihara, Sâmia Bomfim, Tabata Amaral e Zé Silva.

Sala da Comissão, em 03 de setembro de 2025.

Deputada ELCIONE BARBALHO  
Presidente

